



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO**

CEP 83.980-000 – Rua Gasparina Simas Miléo, 269

**INSTALADA EM 24/10/1961**

**ESTADO DO PARANÁ**

## **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS DO MUNICÍPIO**

### **Parecer referente à Prestação de Contas Anual do Poder Executivo Municipal –** **Exercício 2020**

#### **I – RELATÓRIO**

O Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no dia 4 de maio de 2023, na 6ª sessão virtual, emitiu o Acórdão de Parecer Prévio nº 207/23 - Primeira Câmara, referente as contas do exercício 2020 do Poder Executivo Municipal, processo nº 185115/21 - que é de responsabilidade do Sr. Fabio Staniszewski Machiavelli -, com trânsito em julgado em 13/06/2023.

O v. Acórdão foi encaminhando a esta Casa Legislativa, para que nos termos do art. 16, IX da Lei Orgânica Municipal, esta casa legislativa proceda com o julgamento das contas do Poder Executivo do Município de Antonio Olinto – exercício 2020.

Foi publicado Edital para conhecimento público no Diário Oficial do Município em 26/06/2023 e bem como afixado o Acórdão no mural da Câmara para exame e apreciação dos Munícipes que assim o desejassem fazer, permanecendo, portanto, as contas por 60 (dias) à disposição da população, sendo que tal prazo decorreu sem que nenhuma manifestação ou questionamento fosse protocolado, de acordo com a certidão anexa.

O gestor responsável foi notificado do recebimento e tramitação da análise das contas de sua responsabilidade nesta casa legislativa em 27/06/2023 (notificação anexa), ocasião em que lhe foi oportunizado o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação, tendo o prazo esgotado em 18/07/2023 sem o seu pronunciamento, conforme certidão anexa.

Após o esgotamento do prazo para o gestor se manifestar e decorrido o prazo para manifestação pública, as contas do exercício de 2020 foram encaminhadas a esta Comissão Permanente para exarar parecer e bem como apresentar Projeto de Decreto Legislativo acerca do acolhimento ou não do disposto no referido parecer prévio, nos termos do que dispõe o art. 41 da LOM e art. 275 e seguintes do Regimento Interno.

É o relatório.

#### **II – VOTO DO RELATOR**

Primeiramente, cabe destacar que a Câmara de Vereadores é quem detém constitucionalmente a prerrogativa de fazer o julgamento das contas do prefeito, sendo o papel do Tribunal de Contas do Estado do Paraná de mero auxiliar do Poder Legislativo,



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO**

CEP 83.980-000 – Rua Gasparina Simas Miléo, 269

**INSTALADA EM 24/10/1961**  
**ESTADO DO PARANÁ**

que de fato é quem tem competência para fazer o julgamento das ações do chefe do Poder Executivo no desempenho das funções de fazer executar as determinações legais, especialmente daquelas que planejam (Plano Plurianual), fixam diretrizes (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e autorizam a realização das despesas por parte do Poder Executivo (Lei Orçamentária Anual).

Cumpre ainda salientar que, no que se refere ao controle externo do Poder Executivo, o TCE, no seu mister de órgão auxiliar da Câmara Municipal, emite parecer prévio, considerando parâmetros técnicos, e esta, dentro de sua autonomia, julga além destes critérios, demais elementos que entenda como obrigatórios a gestão pública. Contudo, a Câmara fica impedida de apreciar as contas sem existir o parecer prévio.

Isto posto, resta cristalino, que somos nós vereadores, legítimos representantes do povo de Antonio Olinto, dentro do conhecimento de nossa realidade local, com base no parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado Paraná quem temos a condição de agir como juízes para efetuar o julgamento do Chefe do Poder Executivo e determinarmos se as suas condutas foram apropriadas e, na mesma medida, decidir se deve ou não ter as suas contas aprovadas.

Neste sentido, passa-se a análise do respeitável Acórdão.

A unidade técnica do TCE/PR, Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM), por meio da instrução nº 672/2023, após o primeiro exame (Instrução nº 4153/2021 CGM) e a abertura de contraditório, opinou pela regularidade das contas do Município no exercício de 2020.

O Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, por sua Procuradora, manifestou-se pela regularidade das contas do Prefeito de Antonio Olinto, a ser considerada exclusivamente em relação aos itens de análise definidos na Instrução Normativa que rege a referida Prestação de Contas.

Por fim, sobreveio o Acórdão de Parecer Prévio sobre as contas em análise, decidido por unanimidade dos membros da Primeira Câmara do TCE/PR, recomendando o julgamento pela REGULARIDADE das contas do Poder Executivo do Município de Antonio Olinto relativo ao exercício de 2020.

Assim sendo, tendo em vista o entendimento exarado pela unidade técnica do Tribunal (CGM), o qual fora acompanhado pelo MPTC e referendado pelo Egrégio Tribunal de Contas, me posiciono no sentido que o Acórdão de Parecer Prévio emanado pela Primeira Câmara do TCE/PR deve ser mantido, eis que embasado em critérios objetivos, cujos conteúdo e estruturação encontram-se definidos nas IN nº 157/2021 do órgão estadual de contas.

Ademais, pode-se verificar o fiel cumprimento dos procedimentos aplicáveis à Administração Pública e bem como dos pontos de controle que dizem respeito aos





# **CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO**

CEP 83.980-000 – Rua Gasparina Simas Miléo, 269

**INSTALADA EM 24/10/1961**

**ESTADO DO PARANÁ**

princípios constitucionais e normas correlatas estabelecidas pela legislação em vigor, sobretudo as dispostas na Lei Complementar n° 101/00 e Lei Ordinária n° 4.320/64.

Por tudo acima exposto voto pela APROVAÇÃO do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que conclui pela REGULARIDADE das contas do Prefeito, Sr. Fabio Staniszewski Machiavelli, relativas ao exercício financeiro de 2020.

### **III – PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Finanças, Contas e Orçamento do Município, por unanimidade, vota pela APROVAÇÃO do Acórdão de Parecer Prévio n° 207/23 - Primeira Câmara - do Tribunal de Contas do Estado, no sentido de julgar as contas do exercício de 2020 do Poder Executivo Municipal REGULARES, nos termos do voto do Relator.

Antonio Olinto, 13 de setembro de 2023.

  
GILCIANO MOREIRA  
RELATOR

Com o Relator:

  
WILSON NAPOLEÃO GUENZE  
PRESIDENTE

  
MARCO ANTONIO VEIGA  
MEMBRO